

Construção de mercados agroalimentares: um estudo na Cooperativa Extrema Norte

Agricultural market construction: a study in Northern Extreme Cooperative

Construcción del mercado agrícola: un estudio en la Cooperativa Extrema Norte

Simone Bueno Camara¹
Adriano Lago²
Gabrieli dos Santos Amorim³
Valeska Pietrobelli⁴
Tanice Andreatta⁵
Rosani Marisa Spanevello⁶

Recebido: 30 de agosto de 2019

Aprovado: 15 de junho de 2020

Publicado: 6 de setembro de 2021

Como citar este artigo:

Bueno Camara, S, Lago, A, Dos Santos Amorim, G, Pietrobelli, V, Andreatta, T y Spanevello, R.S. (2021).
Construção de mercados agroalimentares: um estudo na Cooperativa Extrema Norte.
Cooperativismo & Desarrollo, 29(121), 1-21.
doi: <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2021.03.07>

Artigo de investigação. <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2021.03.07>

¹ Graduada em Ciências Econômicas em estra do programa de Pós-graduação em Agronegócios Universidade Federal de Santa Maria-UFSM.

Email: Simonebuenocamara@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5303-1578>

² Graduado em Agronomia, mestre em Extensão Rural e doutor em Agronegócios. É professor adjunto na Universidade Federal de Santa Maria-UFSM Palmeira das Missões, professor adjunto no Departamento de Administração e Vice Diretor do Campus da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões.

Email: adrianolago@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0499-102X>

³ Graduado em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

Email: gabrieliamorim@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3279-6993>

⁴ Graduada em Nutrição, Nutricionista Clínica Autônoma

Email: valeskapietrobellinutri@outlook.com

⁵ Graduada em Economia, Mestra e Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora adjunta na Universidade Federal de Santa Maria-UFSM Palmeira das Missões.

Email: ani.andreatta@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1427-2248>

⁶ Doutora em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil. Professora Associada (Nível 2) do Departamento de Zootecnia e Ciências Biológicas e Professora Permanente do Programa de Pós Graduação em Agronegócios.

Email: rspanevello@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4278-6895>



Resumo

O objetivo do artigo consiste em investigar o papel da Cooperativa Mista de Produção Agroindustrial Familiar Extremo Norte, na produção e abastecimento de alimentos da agricultura familiar, no município de Alpestre e região. Trata-se de uma pesquisa exploratória e de abordagem qualitativa, estruturada a partir de um estudo de caso. As informações foram coletadas por meio de uma entrevista semi estruturada, realizada no mês de setembro de 2018, que continha questões que abarcavam desde a fundação da Cooperativa, até os canais de comercialização acessados por ela.

Como resultado, ressalta-se o papel fundamental que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representa para a Cooperativa, em termos de mercado institucional e canal de comercialização, tendo em vista que é o responsável pela maior parte do escoamento da produção e que possibilita o aumento de produção devido à demanda impulsionada por intermédio do programa. O estudo contribuiu para reforçar a importância das cooperativas agropecuárias para a agricultura familiar. Assim também, permitiu entender que quando acompanhadas de políticas públicas eficazes, as cooperativas fomentam o emprego e renda para os agricultores, bem como o desenvolvimento econômico e social das regiões. No entanto, salienta-se dificuldades em relação aos dias de entrega nas instituições e limitações entre o sistema produtivo almejado pela cooperativa e o sistema produtivo dos agricultores.

Palavras-chave: Agricultura familiar, cooperativismo, mercados institucionais, políticas públicas.

Abstract

Introduction: The objective of this paper is to investigate the role of the Far North Family Farming Mixed Cooperative in the production and supply of food from family farms in the municipality of Alpestre and region.

Methodology: This is an exploratory study and a qualitative approach, structured from a case study. The information was collected through an interview conducted in September 2018, conducted by a semi-structured script that contained questions ranging from the founding of the cooperative to the marketing channels accessed by it.

Results: It is emphasized the fundamental role of the National School Feeding Program (PNAE) represents for the cooperative, in terms of institutional market and marketing channel, considering that it is responsible for most of the production flow, and enables the increased production due to demand driven through the program.

Conclusions: The study contributes to reinforce the importance of agricultural cooperatives for family farming, and when accompanied by effective public policies, promote the development of farmers, especially in relation to employment and income, as well as the region, as it stimulates economic development. and social. However, there are difficulties regarding the delivery days in the institutions and limitations between the cooperative's desired production system and the farmers' production system.

Keywords: Family Farming; Cooperativism; Institutional markets; Public policy.

Resumen

El objetivo de este artículo es investigar el papel de la Cooperativa Mixta de Agricultura Familiar del Lejano Norte en la producción y suministro de alimentos de granjas familiares en el municipio de Alpestre y región. El estudio, de corte exploratorio y enfoque cualitativo, se estructuró a partir de un estudio de caso. La información se recopiló a través de una entrevista semiestructurada, realizada en septiembre de 2018, que contenía preguntas que abarcaban desde la fundación de la Cooperativa hasta los canales de comercialización a los que accedía. Como resultados, se enfatiza el papel fundamental que representa el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) para la cooperativa, en términos de mercado institucional y canal de comercialización, considerando

que este es responsable de la mayor parte del flujo de producción a partir de la demanda. El estudio contribuyó a reforzar la importancia de las cooperativas agrícolas para la agricultura familiar. También, permitió entender que, cuando se acompaña de políticas públicas efectivas, las cooperativas promueven el desarrollo de los agricultores, especialmente en relación a empleo y renta, y estimulan el desarrollo económico y social de la región. Sin embargo, existen dificultades con los días de entrega en las instituciones y limitaciones entre el sistema de producción deseado por la cooperativa y el sistema de producción de los agricultores.

Palabras clave: Agricultura familiar, cooperativismo, mercados institucionales; políticas públicas.

Descriptor:

P13 Mercados agrícolas y comercialización • Cooperativas • Agronegocios

J54 Cooperativas de productores

Q12 Microanálisis de empresas agrícolas, hogares agrícolas y mercados de insumos agrícolas

1. Introdução

O cooperativismo teve origem na revolução industrial, em decorrência da desvalorização da mão de obra, salários muito baixos e das longas jornadas de trabalho, as quais ocasionaram dificuldades socioeconômicas para a população trabalhadora. De acordo com a International Co-operative Alliance [ACI] (2018), em consequência, surgiram líderes sociais que buscavam organizar de forma mais democrática instituições em que os valores de cada trabalhador seriam respeitados.

Boettcher (1974), ao abordar a temática da cooperação define-a como uma ação consciente e interligada entre os sujeitos que visam um determinado fim. Atualmente, o movimento cooperativo tem um papel social e econômico importante para as diferentes camadas sociais, principalmente as de baixa renda, pois pode contribuir para a redução das desigualdades, bem como representar uma organização de cunho integrado, onde os valores sociais são fundamentados em cada tipo de cooperativa.

Para o grupo denominado de agricultura familiar, as cooperativas desempenham um importante papel, pois além de oferecerem serviços, também atuam como facilitadoras para o escoamento da produção, não raro, são responsáveis pela viabilidade de permanência das famílias no meio rural. Nesta perspectiva, Ploeg (2008) e Wilkinson (2008) mencionam que estes mercados são característicos da agricultura familiar e representam uma forma de reprodução social e busca pela permanência no meio rural.

Segundo Grisa e Schneider (2014), os agricultores familiares no Brasil, historicamente, estiveram à margem de intervenções do governo brasileiro. O primeiro marco para o crescimento desta categoria social foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf), orientado para o fortalecimento e garantia

da produção agrícola, em 1995. O programa visa oferecer subsídios à produção agrícola através da concessão de crédito à produção e ao investimento, tendo como foco agricultores familiares e assentados da reforma agrária que não encontraram mecanismos de mercado, oportunidades para escoar sua produção ou mesmo produzir de forma digna (Santos & Gois, 2011).

Outro marco relevante foi a criação da Lei 11.326/06, denominada a Lei da Agricultura Familiar, a qual classifica formalmente o agricultor familiar como: "aquele que pratica atividades no meio rural, não possui acima de quatro módulos fiscais, a mão de obra é predominantemente familiar, obtém renda familiar oriunda das atividades realizadas dentro do estabelecimento, sendo este dirigido pelos membros familiares" (Lei 11.326/06, Brasil, 2006).

Para Grisa e Schneider (2014), a criação do Pronaf desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural e ampliou as possibilidades institucionais para a criação de novas políticas para a agricultura familiar. Este fato marca a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, no ano 2000, voltadas para a construção de mercados, segurança alimentar e sustentabilidade. Nesta perspectiva inserem-se os Programas de Abastecimento de Alimentos (PAA) e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) que, entre outros objetivos, contribuem para a valorização da produção local e regional da agricultura familiar (Grisa & Schneider, 2014; Silva et al., 2015). De acordo com Ueno et al., (2016) estes programas visam o abastecimento de esferas públicas com alimentos saudáveis, e por outro lado, possibilitou a criação dos mercados institucionais.

Os mercados institucionais devem ser abastecidos por agricultores familiares que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Na Portaria nº 17 de 23 de março de 2010, consta que, para acessar ao PNAE, os agricultores familiares devem estar ligados a cooperativas ou associações e que no mínimo 70% de seus sócios devem apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Além disso, no mínimo 55% do volume de produção deve ser proveniente de seus sócios com DAP (Brasil, 2010b). Neste contexto, as cooperativas podem ser elos que proporcionem maior fluidez à produção familiar através destes mercados governamentais.

Corroborando nesta configuração encontra-se a Cooperativa Mista de Produção Agroindustrial Familiar de Alpestre - Extremo Norte. A cooperativa encontra-se no município de Alpestre, extremo norte do estado do Rio Grande do Sul, um município de 7.533 habitantes, dos quais, 68% reside no meio rural (Brasil, 2010a). Nesta cooperativa, os mercados institucionais, principalmente o PNAE, constituem um importante canal de comercialização dos produtos advindos dos seus associados.

A cooperativa apresenta como missão “fortalecer a agroindustrialização e comercialização dos produtos, agregação de valor através da assistência técnica e extensão rural, e a criação de oportunidades rentáveis, de forma cooperada e sustentável”. Deste modo, neste trabalho busca-se investigar o papel da Cooperativa Familiar Extremo Norte na produção e abastecimento de alimentos da agricultura familiar na cidade de Alpestre e região.

O trabalho é estruturado em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira parte constitui-se de uma breve revisão de literatura sobre mercados agroalimentares e cooperativas, bem como seus respectivos papéis, principalmente para a agricultura familiar. Na segunda, apresenta-se o método e os procedimentos de pesquisa. A terceira seção é composta pela descrição e análise dos principais resultados identificados.

2. Mercados agroalimentarios da agricultura familiar

O sistema mercantil convencional tende a desenvolver potencialidades e lucros a um grupo de agricultores mais capitalizados, mas, por outro lado, pode excluir aqueles que não conseguem acompanhar a produção tecnológica (Silva Neto, 2014). Assim, em um dado momento, os agricultores precisam mobilizar seus recursos e habilidades com a finalidade de estabelecer estratégias e alternativas que possibilitem resistir e adaptar-se, conforme a situação e as características do ambiente (Ellis, 2000).

Deste modo, Wilkinson (2008) menciona que os mercados da agricultura familiar, a partir de 1990, tiveram mudanças como o surgimento de nichos e a expansão das commodities. Schneider (2016) enfatiza que, a partir destas mudanças, começaram a surgir novas formas de acesso aos mercados pelos agricultores familiares como: vendas diretas, intermediários, agroindustrialização, canais convencionais e compras institucionais.

Tabela 1. Mercados da agricultura familiar

Tipos de mercados	Tipo de agricultor familiar	Locus e/ou alcance espacial	Modelo de negócios	Forma de regulação	Canais de comercialização
Mercado de proximidade	Camponês produtor de excedente	Spot: Venda direta Somente local	Interpessoal + solidários	Confiança + amizade	Na propriedade; No domicílio; Beira de estrada; Entrega direta; Feira local
Mercados locais e territoriais	Agricultor familiar: Produtor simples de mercadoria	Spot: Local, regional e territorial.	Diversificado	Reputação + Procedência + Preços	Feira regional/nacional; Rede de vendas; Eventos; Loja especializada; Restaurantes; Associação de vendas; Sacolão
Mercado Convencional	Produtor mercadoria	Sem lugar definido; Placeless/ Unbound	Concorrência	Contrato + preços	Atravessadores; cooperativa; Agroindustrial; Empresa privada; Internet; Supermercados
Mercados públicos e institucional	Todos os tipos de fornecedor	Multiespacial	Licitatório seleção pública	Contratos públicos + leis	Alimentação escolar; Fair trade; Órgãos internacionais; ONGs; Hospitais; Entidade; Estoques do governo

Nota. Adaptado de Schneider, S. (2016). In: Marques, F. C. (Org.); Conterato, M. A. (Org.); Schneider, S. (Org.), p.93 – 142.

A Tabela 1 apresenta três definições sugeridas para os mercados: mercados como um locus, espaços onde ocorrem as transações; mercados como um princípio de ordenamento social; e mercados como uma construção social. Niederle, Schubert e Schneider (2014) enfatizam a ideia de múltiplos mercados e segmentos nos que existe a combinação de mercados convencionais e alternativos, pois são inúmeros motivos e tipologias que levam os agricultores a comercializarem seus produtos nos diferentes mercados.

Esta inserção pela agricultura familiar em vários canais deve-se ao fato de ser uma categoria pluriativa e diversificada nas atividades produtivas. Conforme Schneider (2010), a diversificação produtiva no meio rural está articulada sob três aspectos básicos. O primeiro está relacionado à unidade produtiva, sendo que a diversidade é uma característica que se manifesta na configuração de combinações de processos, sistemas e atividades na propriedade. O segundo tem a ver com a economia local, ou ao contexto social e territorial em que a unidade produtiva está centrada. Por fim, o terceiro aspecto refere-se ao ambiente macro, ou seja, às interações que concernem os processos globais, como as estruturas econômicas e sociais.

Assim, os agricultores estabelecem novas e múltiplas formas de diversificar os circuitos produtivos em que estão inseridos (Ploeg, 2008). Ao mesmo tempo, existe

um esforço por autonomia, dado que os agricultores buscam liberdade para organizar sua propriedade e os sistemas produtivos conforme suas habilidades, possibilidades e necessidades (Ploeg, 2008; Schneider, 2010).

A diversificação gera benefícios não apenas para a redução de riscos na agricultura, mas também para uma maior diversidade de alimentos para o abastecimento local, ou familiar. Neste aspecto, os diferentes sistemas produtivos são direcionados para os mercados em que será escoada a produção, seja ela agrícola ou não.

Estes fatores, de maneira geral, são resultados da terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar (Grisa e Schneider, 2014), e referem-se à segurança alimentar, pautada em políticas de abastecimento. Estas políticas têm como princípios o escoamento da produção para abastecer instituições públicas com a finalidade de gerar segurança alimentar para a população, como por exemplo o PAA e PNAE.

As políticas públicas dos mercados institucionais representam para os agricultores familiares uma oportunidade de melhoria na qualidade de vida. Assim, ao garantir, muitas vezes, a principal fonte de renda familiar, a diversificação da produção é de suma importância para diminuir riscos climáticos e mercadológicos, com possíveis perdas de canais de comercialização (Schneider, 2016).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE, constitui um mercado institucional em que o governo brasileiro apoia a agricultura familiar com seu poder de compra, tornando-se uma ferramenta relevante para a valorização dos produtos provenientes da agricultura familiar, garantindo o escoamento e a comercialização dos produtos (Ueno et al., 2016).

Segundo Ferko et al. (2016), o PNAE influencia os jovens agricultores a permanecerem no campo. Dessa forma, o programa contribui à renda familiar e os jovens passam a obter seus próprios recursos financeiros. A participação no programa PNAE é uma oportunidade econômica para a família agricultora, pois ajuda a manter a renda dos agricultores em todas as épocas do ano, principalmente pela diversificação da produção, fomentada como estratégia das cooperativas (Silva et al., 2015).

Entretanto, os produtores rurais tendem a acessar mais de um canal de comercialização. Ueno et al. (2016) afirmam que, além dos institucionais, existem diversos mercados que foram estabelecidos a partir do comportamento do consumidor, caracterizados pela aproximação com o produtor, sem a dependência de programas governamentais. Para abastecer os mercados, os agricultores necessitam de periodicidade de oferta. Assim, a articulação entre as famílias permite a geração de escala em nível local e regional. Tal configuração está relacionada à capacidade de cooperação entre as famílias, assim como à existência de cooperativas de agricultores.

Como menciona Lauschner (1994), as cooperativas podem exercer funções diversas no complexo rural, tais como a produção de insumos, o armazenamento, beneficiamento e o estabelecimento de canais de comercialização próprios. As cooperativas têm um papel fundamental nos sistemas mundiais de produção e distribuição de alimentos, logo, os agricultores e seus negócios cooperativos desempenham um papel central para garantir que os produtos agrícolas sejam acessados pelos consumidores (Giagnocavo, Gomes & Pérez-Mesa, 2018).

3. As cooperativas e seu papel na agricultura

As cooperativas de produtores agrícolas emergiram com a finalidade de enfrentar as falhas ou imperfeições do mercado, superando o poder monopolista mantido a montante e a jusante na indústria alimentícia. Os agricultores criaram cooperativas para ter mais controle direto e acesso aos mercados, bem como uma integração mais eficiente na cadeia de fornecimento, com um maior poder de negociação, agrupando recursos para gerenciar riscos e reduzindo os custos de transação (Coase, 1937; Staatz, 1987). Assim, as cooperativas têm como finalidade prestar serviços aos seus próprios associados, proprietários e usuários, pois suas atividades fazem parte das atividades totais da empresa individual de cada cooperado (Rios, 2007).

Nessa perspectiva o agricultor familiar é o indivíduo que busca fortalecer as suas práticas produtivas e integrar-se como membro de cooperativas. Ele recebe benefícios como: crédito, tecnologia, oportunidades de inserção em diferentes mercados, entre outras vantagens. As cooperativas proporcionam mais segurança e estabilidade frente a desafios em ambientes altamente competitivos como a agricultura (Andrade & Alves, 2013).

No estudo de Ferko et al. (2016), os autores mencionam que o cooperativismo contribui para a organização dos agricultores familiares, na medida que estimula a agregação de valor em suas atividades produtivas de forma mais eficiente, a partir da produção, compra, comercialização e ingresso aos mercados. Deste modo, a cooperativa, se bem administrada, contribui para o desenvolvimento de seus associados, tanto na esfera econômica como na social, no sentido de aumentar a renda familiar e escoar a produção.

Ao longo dos anos diversas cooperativas foram criadas em diferentes localidades. As cooperativas possuem vínculos locais e regionais, ou nacionais e internacionais. No caso das locais e regionais, visam a sua comercialização para os pequenos

estabelecimentos e principalmente para programas governamentais (Ueno et al., 2016). Segundo os autores, os canais de comercialização para os agricultores são estratégias de garantia e segurança devido às constantes mudanças de mercado, assim como à existência de uma diversidade de canais que permite aos agricultores escolher a melhor maneira de comercializar sua produção.

A ligação entre os métodos de produção e comercialização e os modos de consumir e alimentar são fundamentais para estabelecer práticas sustentáveis de produção e consumo, bem como, assegurar a qualidade do produto (Cassol & Schneider, 2016). Neste sentido, as relações sociais estabelecidas entre os cooperados e cooperativas são essenciais para definir as melhores formas de produção, determinar prioridades, produzir alimentos diversificados para abastecer as instituições e capacitar os agricultores (Silva et al., 2015).

Procedimentos metodológicos

De acordo com o objetivo, essa pesquisa é caracterizada como exploratória (Hair Júnior et al. 2005). Quanto à forma de abordagem do estudo, trata-se de uma pesquisa qualitativa, envolvendo descrições sem atribuição direta a números (Hair Júnior et al., 2005). Os procedimentos técnicos utilizados no estudo são a pesquisa bibliográfica (utilização de material escrito) e o estudo de caso, que pretende preservar o caráter unitário do objeto estudado e descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação (Gil, 2008).

A forma selecionada para a coleta de dados foi a entrevista, orientada por um roteiro de pesquisa semiestruturado. No roteiro de entrevista semiestruturada fica livre ao pesquisador fazer perguntas que não foram previamente estruturadas que resulta no surgimento de novas informações, melhorando-se as descobertas (Hair Júnior et al., 2005). As entrevistas foram realizadas no mês de setembro de 2018, na sede da Cooperativa Extremo Norte, no município de Alpestre-RS. O Entrevistado 1, E1, é sócio fundador e cooperado da Cooperativa Extremo Norte e o Entrevistado 2, E2, é Engenheiro Agrônomo responsável pela Biofábrica e pela assistência técnica da cooperativa.

Os resultados foram organizados em três tópicos. O primeiro trata de uma caracterização da cooperativa; o segundo analisa as relações cooperativa-agricultor, bem como as potencialidades e dificuldades advindas destas relações. No terceiro bloco é feita uma análise das relações da cooperativa-mercado, e, também as potencialidades e dificuldades advindas destas relações.

4. Trajetória da cooperativa Extremo Norte

A cooperativa foi fundada no ano de 2005, a partir de um projeto realizado por um grupo de 19 agricultores que realizavam um curso ofertado pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai (URI), do município de Frederico Westphalen, juntamente com a prefeitura de Alpestre (RS). O objetivo do curso de Tecnólogo em Agropecuária foi incentivar que os jovens filhos(as) de agricultores permanecessem no meio rural, dando continuidade às atividades agrícolas da família.

O curso contava com 26 estudantes, dos quais, 19 manifestaram interesse em fundar uma cooperativa para comercializar seus produtos. Alguns agricultores do município de Alpestre também foram incorporados ao grupo, pois, de acordo com a Lei nº 5.764/71, para a fundação de uma cooperativa é obrigatório a existência de, no mínimo, 20 sócios (Brasil, 1971). Atualmente, a cooperativa é formada exclusivamente de agricultores familiares diversificados, que possuem até 15 hectares e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A ideia inicial da formação da Cooperativa era utilizar as estruturas públicas disponíveis, mas não utilizadas no município, como uma fábrica de geleia de frutas e outra de filetagem de peixe.

Entre os produtos agropecuários comercializados, inicialmente, pela Cooperativa destacavam-se alimentos com a mandioca descascada e embalada a vácuo, os sucos de uva, laranja, mirtilo, cenoura, abóbora e mix para sopa. A comercialização destes produtos era destinada inteiramente para o estado do Paraná. Pode-se entender assim que, a Cooperativa pertence ao grupo de cooperativas agropecuárias e agroindustriais, formadas por agricultores que visam beneficiar e comercializar diretamente seus produtos (Crúzio, 2000).

Entre 2011 e 2012, a Cooperativa obteve incentivos de empresas privadas, o que permitiu a aquisição de um caminhão câmara fria, assim como equipamentos para as agroindústrias. Estes valores se constituíam de recursos a fundo perdido e a Cooperativa necessitava ressarcir apenas 20% do valor total ao banco financiador. Entre os anos de 2013 e 2014, foi adquirido mais um caminhão, caixas plásticas para transporte e um sistema operacional informatizado de notas fiscais, investimentos possibilitados por empresas privadas.

A Cooperativa funciona em conjunto com a BioFábrica Fox de Chapecó, que originou-se de um projeto social da Cooperativa juntamente com uma das empresas privadas. Atualmente, os associados se beneficiam recebendo mudas de banana, abacaxi, assim como plantas ornamentais como orquídeas. Essa atividade tem como objetivo a expansão da cooperativa, pois se os beneficiados do projeto cumprirem as metas, que são distribuir as mudas e estas retornarem em produtos, o lucro fica para a cooperativa. A empresa fornece as mudas e a garantia de compra pela Cooperativa,

além de capacitar os beneficiados com cursos para o tratamento e manejo corretos das plantas, através de dias de campo e visitas técnicas.

Dessa forma, comprova-se os postulados de Andrade e Alves (2013) sobre os benefícios de uma cooperativa para os agricultores, sendo que as cooperativas podem ampliar os canais de comercialização, mas também estabelecer relações com outras empresas. A relação da cooperativa com a BioFábrica Fox, por exemplo, permite que os agricultores, por intermédio de um projeto, recebam assistência técnica e condições efetivas de diversificação da propriedade.

A diversificação da produção proposta pela Cooperativa busca conquistar espaço no mercado e, a partir disso, beneficiar diferentes públicos consumidores da região. Conforme Ferreira e Braga (2004), é comum as cooperativas optarem por diversificação de produtos como estratégia para inclusão no mercado competitivo, aumento de lucro e diminuição de riscos mercadológicos. Além destes aspectos, estas iniciativas não apenas visam lucros, mas também agregam valor por meio de diferentes mecanismos (Giagnocavo et al., 2018).

No ano de 2008, a Cooperativa insere-se nos mercados institucionais, mais especificamente, no Programa Nacional de Abastecimento Escolar (PNAE). A incorporação no programa deveu-se a uma iniciativa da Emater/ASCAR do município, a qual buscava agilizar os contratos com as instituições, deixando a Cooperativa como única responsável pelo abastecimento. Deste modo, a Cooperativa teve novos cooperados, ampliou seu papel social e contribuiu para expandir a receita de todos os atores envolvidos. Estes fatores corroboram as afirmações de Ueno et al. (2016) e Lauschner (1994) sobre os diversos segmentos que as cooperativas podem desempenhar, inclusive a inserção em mercados institucionais.

Nestes anos, decorrente da participação no PNAE, a Cooperativa aumentou o número de associados que comercializam, por intermédio da cooperativa, produtos in natura para o mercado institucional e para o Projeto Laranja do Futuro.

Para a cooperativa, o número de associados é fator importante na inserção dos mercados institucionais, pois como o entrevistado E1 menciona, "o número de DAP's faz a diferença quando a Cooperativa concorre em licitações, por exemplo, quanto mais DAP's possui, mais vantagem é". Esta afirmação do E1 corrobora o que os autores Costa, Júnior, Gomes e Silva (2015) afirmam, pois para as cooperativas ou associações acessar ao PNAE necessitam que no mínimo 70% de seus sócios apresentem a DAP, e no mínimo 55% do volume de sua produção seja proveniente de seus sócios agricultores familiares.

Mercados agroalimentares e a relação agricultor-cooperativa

As produções dos agricultores cooperados são diversificadas, compostas por atividades produtivas relacionadas à fumiicultura, videiras, gado de leite, milho para consumo na propriedade, em um número menor de propriedades, frutas e hortaliças. A Cooperativa especificamente, comercializa a produção de hortifrutigranjeiros dos agricultores e, para as outras produções utilizam-se outros canais de escoamento. Como salientado por Herrera et al. (2018), as atividades diversificadas podem atingir altos níveis de produção e podem ser escoadas por diferentes canais de comercialização. Schneider (2016) entende que esse processo é resultado da pluriatividade, do perfil do agricultor e do sistema produtivo composto pelas propriedades familiares, como apontado na Tabela 1.

Os cultivos de hortifrutigranjeiros, em geral, são espécies da temporada, como o E2 menciona "são cultivos adaptados à região, pois se enquadram nos requisitos climáticos necessários, como solo, índice pluviométrico e zoneamento agroclimático". Estas produções são direcionadas ao abastecimento da Cooperativa para a venda ao PNAE, comercialização em feiras, fruteiras e, mais recentemente, pelo canal cooperativa-empresa privada do projeto denominado "Laranja do Futuro", direcionado especialmente para escoar a produção de laranjas.

A compra destas produções pela Cooperativa é construída através de contratos informais com os agricultores, como comentam E1 e E2: "a relação da compra é baseada na confiança, precisamos acreditar que iram entregar os produtos de qualidade no dia combinado, assim como damos a palavra que compramos".

No que concerne aos valores, os agricultores cooperados recebem aproximadamente 75% do total da produção comercializada e o 25% restante é apropriado pela cooperativa para subsidiar custos operacionais e administrativos.

O sistema produtivo é do tipo convencional em todas as propriedades dos agricultores associados. Apesar disso, E2 relata que "a orientação é que as culturas sejam trabalhadas em sistema orgânico, pois há a possibilidade de maiores ganhos econômicos futuros neste sistema". Tal compreensão é abordada por Maluf (2004) ao discorrer sobre a valorização de produtos com atributos diferenciados. Segundo o autor, a produção orgânica pode desenvolver novas oportunidades de mercado. Neste sentido, Herrera et al. (2018), mencionam que as exigências do mercado demonstram que não basta produzir mais alimentos, mas que esta produção deve estar alinhada à sustentabilidade. Apesar disso, E2 comenta que "há certa resistência dos agricultores ao sistema".

Esta resistência mencionada por ambos entrevistados tende a estar relacionada à cultura local, influenciada pela fumicultura (dependência elevada de agroquímicos) e, recentemente, pelo desenvolvimento de suinocultura integrada (fortemente dependente de insumos externos). Outro fator é que as produções de hortifrúti são atividades secundárias nas unidades produtivas, como comenta E2 "muitos dos pomares frutíferos estavam abandonados, e só agora com os projetos da cooperativa que estão voltando a ser tratados como uma atividade rentável dentro das propriedades".

No mesmo contexto, o uso habitual de agroquímicos pelos agricultores, dificulta a disseminação de técnicas mais naturais, que visem o controle biológico e por consequência a longo prazo, a produção orgânica.

Apesar das limitações existentes e expostas pelos entrevistados, a cooperativa, por intermédio da produção de mudas da Biofábrica, distribui aos agricultores cooperados com a finalidade de estimular a diversificação, o aumento da produção de alimentos, e dessa forma também, a renda dos agricultores.

Esta estratégia está alinhada à tese de Herrera et al. (2018) que, ao analisar os determinantes para a diversificação da produção, identificou que os agricultores familiares que receberam recentemente assistência técnica rural ou pertencem a uma cooperativa e/ou a uma associação de agricultores, mostraram-se mais diversificados.

No caso dos agricultores associados, a produção de hortifrutigranjeiro tem a finalidade de ser escoada, principalmente por intermédio da cooperativa. Apesar das cooperativas serem um mercado convencional da agricultura familiar, conforme classificação de Schneider (2016), no caso da Cooperativa Extremo Norte, os principais canais de comercialização são os mercados alternativos, mais especificamente os mercados institucionais. Esta diferenciação de grande maioria das cooperativas relaciona-se com os objetivos da constituição da cooperativa: viabilização da agricultura familiar e atração e fixação de jovens no meio rural, a partir da diversificação da produção e de canais de comercialização.

Assim, como a cooperativa possui canais alternativos de comercialização na sua relação com o mercado, ela também se torna canal alternativo importante para os agricultores, pois os produtos escoados por intermédio da cooperativa são sazonais e perecíveis. Isso quer dizer que na medida que a cooperativa absorve a produção, cria um novo mercado para os agricultores. De acordo com o trabalho Cooperative Longevity and Sustainable Development in a Family Farming System de Giagnocavo et al., (2018), as comunidades rurais que desenvolvem suas atividades em torno de pequenas cooperativas, com a finalidade de escoar as produções de frutas e verduras, têm conseguido obter altos rendimentos produtivos e econômicos.

Distribuição de produtos da agricultura familiar e a relação cooperativa mercado consumidor

De um modo geral, os mercados da agricultura familiar do município de Alpestre estão inseridos em dois principais canais de comercialização. Por intermédio de canais considerados convencionais (integradoras, empresas multinacionais) é escoada a produção de fumo, suínos e leite e é formado, em larga medida, por agricultores em sistema de integração. Por outro lado, a comercialização de produtos sazonais, como os hortifrutigranjeiros, tende a ocorrer por intermédio de canais alternativos. De acordo com os tipos de mercados mencionados por Schneider (2016), por suas características (sazonalidade e perecibilidade) este tipo de produção aproxima-se dos mercados de proximidade, locais e institucionais.

No entanto, considerando os agricultores associados à Cooperativa Extremo Norte, percebe-se que a maioria dos associados utiliza ambos canais (Figura 1), dada a diversificação da produção. Tal configuração em termos de inserção nos mercados é observada na agricultura brasileira a partir de 1990, e são uma consequência da expansão das commodities e da ascensão de mercado de nichos (Wilkinson, 2008).

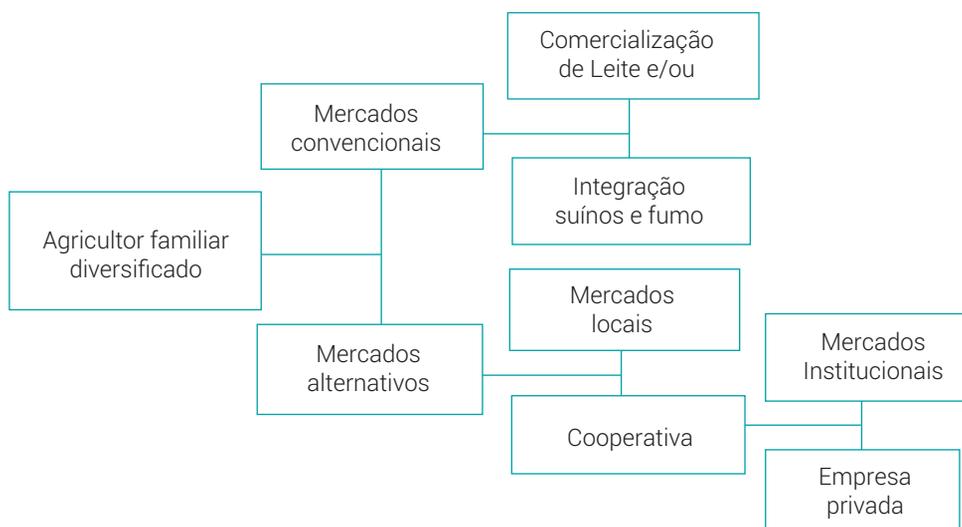


Figura 1. Síntese de mercados da agricultura familiar de Alpestre e seus respectivos canais de comercialização.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme a Figura 1, os mercados são mistos, pois é recorrente a combinação de inserção aos mercados convencionais e alternativos. Os mercados convencionais neste caso são resultado da comercialização de leite, fumo (integrado e não) e suinocultura integrada. Os mercados alternativos onde são comercializados produtos

sazonais, como frutas e verduras são escoados por meio dos mercados locais (feiras e fruteiras) e através da cooperativa. Niederde et al., (2014) comentam que tal conformação é resultado da pluriatividade e diversificação nas atividades produtivas. Esta diversificação está relacionada, neste caso, à geografia local acidentada e ao relevo com fortes ondulações (Oliveira & Matiello, 2009) dificultando a dissipação de monoculturas,.

A distribuição dos alimentos adquiridos pela cooperativa ocorre por intermédio do PNAE e de uma empresa privada (Figura 1). No caso do PNAE, os alimentos são distribuídos em 67 escolas municipais de 15 municípios diferentes da região do Alto e Médio Uruguai. Em Alpestre, a Cooperativa abastece todas as escolas. Este aspecto, além de gerar renda aos agricultores familiares, garante aos estudantes de creches, pré-escolas e do ensino fundamental da rede pública e filantrópica, uma dieta mais variada. Da mesma forma, o trabalho da cooperativa contribui para fomentar bons hábitos alimentares e educação nutricional no ambiente escolar (Santos et al., 2007). Tal configuração de mercado está relacionada à Resolução nº 04, de 17 de março de 2009, Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 que exige das escolas que 30% da alimentação seja advinda da agricultura familiar (Brasil, 2009).

A comercialização realizada pela cooperativa, junto aos mercados institucionais, é motivada pela diferenciação nos preços recebidos, considerados superiores aos praticados nos mercados convencionais. Convém mencionar que a priorização da comercialização dos produtos da cooperativa ao PNAE (exceto a produção de laranja) é decorrente, em larga medida, da dificuldade de oferta de hortigranjeiros, o que inviabiliza, ao menos temporariamente, a abertura e abastecimento regular de outros mercados locais e regionais.

Os critérios para abastecimento das instituições ligadas ao PNAE relatados por E1 são "a qualidade do produto, a garantia de entrega no dia estabelecido e a confiança nos serviços prestados pela cooperativa". A anterior afirmação se corresponde com os critérios colocados em Brasil (2009), pois, para integrar-se ao PNAE, o cuidado em relação a esses aspectos é essencial, a qualidade do produto deve ser uma constante, bem como a entrega e quantidade requerida por intermédio de licitação.

De um modo geral, os alimentos destinados ao PNAE são: banana, bergamota, laranja, tomate, batata, chuchu, temperos, brócolis, melancia, pepino, uva e pêssego. Logo, este mercado é considerado pelo E1 e E2 como um canal de comercialização importante, pois gera renda para a comunidade e valoriza aspectos culturais e tradicionais da região. Tais características estão relacionadas a aspectos que Palomar e Padilla (2018) entendem como um meio para manter a sustentabilidade e as características tradicionais das propriedades rurais.

No caso do canal da empresa privada, a cooperativa comercializa especificamente a produção de laranjas. Esta é uma forma de comercialização mais recente, iniciada pela cooperativa por intermédio do Projeto Laranja do Futuro, que visa a compra de laranjas de agricultores familiares. De acordo com os entrevistados, a Cooperativa Extremo Norte faz parte de um grupo de cooperativas que pertencem à Cooperativa Central de Comercialização da Agricultura Familiar de Economia Solidária – CECAFES, e estabeleceu esta relação com uma empresa suíça de cosméticos. Esta empresa garante a compra das safras de laranja para a extração de óleo essencial para a fabricação de cosméticos naturais, por um período de 10 anos, com preço mínimo estabelecido e o agricultor pode comercializar até 30% de sua safra antes da colheita. Assim, a cooperativa viabiliza a coleta de laranjas nas propriedades dos agricultores, e possibilita a comercialização de um produto existente nas propriedades, mas que não tinha escoamento nos mercados tradicionais.

Outro aspecto relacionado a comercialização de laranjas é o interesse dos agricultores pela cultura, pois E1 e E2 comentam que “muitos agricultores já estão implantando pomares com a espécie e outros retomando os tratamentos culturais com os pomares existentes, mas que estavam abandonados por não ter um canal de comercialização”. Estes depoimentos, remetem ao que abordam Giagnocavo et al., (2018) sobre o papel fundamental das cooperativas na distribuição de alimentos, a fim de que os produtos agrícolas sejam acessados pelos consumidores.

Apesar disso, existem dificuldades nestas relações, pois conforme relatado por E2 “os dias de entrega nas instituições geralmente são nas segundas-feiras pela manhã, o que ocasiona trabalho aos finais de semana, principalmente no domingo à tarde pelos agricultores”. No mesmo sentido, a falta de mão de obra neste segmento incide diretamente na oferta de alimentos, pois como E1 relata “poucos querem trabalhar aos domingos e fora que para entregar os produtos em outros municípios, tem que sair muito cedo para chegar antes do comércio abrir, ou até mesmo nos finais de semana”. A entrega é feita por E1, e os produtos são entregues pelos agricultores na cooperativa, onde são realizados a triagem dos alimentos para entrega.

Neste viés, um dos gargalos enfrentados pela cooperativa consiste na padronização da produção. Isto decorre devido a que a produção acontece em diferentes propriedades, conduzidas por distintos agricultores com sistemas produtivos diversos, resultando em uma produção final com baixa conformidade.

Neste mesmo contexto, o que poderia ser realizado com produtos sem uniformidade seria o processamento, o qual possibilitaria maior tempo de durabilidade dos respectivos produtos. Entretanto, o E1 salienta que “a burocracia relacionada a questões sanitárias e legais, que no início da cooperativa era menos rigorosa, agora

impede o funcionamento das agroindústrias, implicando na entrega somente de produtos in natura".

5. Considerações finais

A cooperativa Extremo Norte abastece de alimentos da agricultura familiar a cidade de Alpestre e região, através dos mercados institucionais e privados, fortalecendo a diversificação produtiva das propriedades rurais. Localizada em uma região que possui muitas oportunidades de mercado, pois abrange uma zona de agricultura diversificada e próxima de outros estados, agrega valor das produções pois, através dos mercados em que está inserida, possibilita o escoamento produtivo, incrementando a renda e valorizando as produções tradicionais da região.

No que concerne às dificuldades, a Cooperativa enfrenta os interesses produtos da cooperativa em ser mais sustentável, em contrapartida, os métodos produtivos dos agricultores não estão alinhados a este objetivo. Além disso, os dias de entrega dos alimentos são geralmente de sábado a segundas-feiras, ocasionando trabalhos para os agricultores nos finais de semana.

Apesar disso, a cooperativa tem possibilitado aos agricultores e ao município de Alpestre alguns benefícios como a visibilidade e valorização da produção do município e a diminuição da migração dos jovens das produções rurais, ao potencializar trabalho e renda. Dessa forma a cooperativa traz benefícios econômicos e cumpre um importante papel social. Com a análise realizada, o estudo contribuiu para apontar a importância das cooperativas agrícolas na realidade dos agricultores familiares em localidades de potencial produtivo elevado, acompanhadas de políticas públicas que fomentem o desenvolvimento dos agricultores e da região. São relevantes aos agricultores familiares que procurem adequar-se às oportunidades dadas ao inserir-se no contexto deste estudo de caso, para a melhoria ambiental, econômica e social de onde estão localizados.

No que tange às limitações do trabalho, pode se dizer que os agricultores familiares cooperados não foram entrevistados, obtendo assim, apenas a visão dos dirigentes mais atuantes da cooperativa sobre a situação atual. Deste modo, para trabalhos futuros, é necessário a entrevista de agricultores, buscando compreender os fatores que influenciam nas dificuldades existentes, bem como a visão deles em relação a atuação da cooperativa na geração de renda e busca por diversificação nas propriedades.

Referências

- Andrade, M. C., & Alves, D. C. (2013). Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. *Revista de Administração IMED*, 3(3), 194-208. <https://doi.org/10.18256/2237-7956/raimed.v3n3p194-208>
- Boettcher, E. (1974). *Kooperation und Demokratie in der Wirtschaft*. Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1974. 172 p.
- Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (1971). Define a Política Nacional de Cooperativismo. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 dez. 1971.
- Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. (2006). Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 25 jul. 2006.
- Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. (2009). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2009. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm
- Censo Demográfico Brasil. (2010). *Séries Históricas*. População residente. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Recuperado em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>
- . Imprensa Nacional Casa Civil da Presidência Da República. (2010) *Portaria MDA nº 17, de 23.03.2010*. 2010b. Recuperado de <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=24/03/2010&jornal=1&pagina=86&totalArquivos=104>
- Cassol, A. P., & Schneider, S. (2016). Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. *Lua nova: Revista de cultura e política*. São Paulo, (95), 143-177. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-6445143-177/95>
- Coase, R. (1937). The Nature of the Firm. *Economica*, New Series, 4 (16), 386-405. *Article first published online, 19*. doi: 10.2307 / 2626876
- Costa, B. A. L., Junior, A., Gomes, P. C., & Silva, M. G. D. (2015). As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(1), 109-126. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301006>
- Crúzio, H. de O. (2000). *Como organizar e administrar uma cooperativa*. FGV Editora.
- Ellis, F. (2000). *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford University Press UP.

- Ferko, G. P. D. S., Medeiros, S. F., Arantes, E. C., & da Rosa, J. S. (2016). O fortalecimento da agricultura familiar através do programa nacional de alimentação escolar na cooperar. *Revista de Administração de Roraima-RARR*, 6(3), 662-681. <http://dx.doi.org/10.18227/2237-8057rarr.v6i3.4058>
- Ferreira, M. A. M., & Braga, M. J. (2004). Diversificação e competitividade nas cooperativas agropecuárias. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(4), 33-55. <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552004000400003>
- Giagnocavo, C., Galdeano-Gómez, E., & Pérez-Mesa, J. (2018). Cooperative longevity and sustainable development in a family farming system. *Sustainability*, 10(7), 2198. doi:10.3390/su10072198
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas: São Paulo, 5(61), 16-17.
- Grisa, C., & Schneider, S. (2014). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural*, 52, 125-146. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>
- Hair, J., Babin, B., Money, A., & Samouel, P. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Bookman Companhia Ed.
- Herrera, G. P., Lourival, R., da Costa, R. B., Mendes, D. R. F., Moreira, T. B. S., de Abreu, U. G. P., & Constantino, M. (2018). Econometric analysis of income, productivity and diversification among smallholders in Brazil. *Land Use Policy*, 76, 455-459. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.02.025>
- International Co-operative Alliance. (2018). *Cooperatives*, 2018. Recuperado de <https://www.ica.coop/en>
- Lauschner, R. (1994). *Cooperativismo e agricultura familiar*. Outubro, Unisinos, São Leopoldo. Recuperado de <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/cooper-e-agric-familiar.pdf>
- Maluf, R. S. (2004). Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, 25(1), 299-322, 2004. Recuperado de <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2061/2443>
- Niederle, P. A., Schubert, M. N., & Schneider, S. (2014). Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. In: Scheila Maria Doula; Ana Louise de Carvalho Fiúza; Erly Cardoso Teixeira; Janderson Damaceno dos Reis; André Luis Ribeiro Lima. (Org.).

A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados. 1ed. Viçosa, MG: Suprema, 2014, 1, 43-68. Recuperado de <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/paulo-niederle/niederle-paulo-andre-schubert-m-schneider-sergio-agricultura-familiar-desenvolvimento-rural-e-um-modelo-de-mercados-multiplos-in-schei-la-maria-doula-ana-louise-de-carvalho-fiuza-erly-cardoso-teixeira-janderson-damace-no-dos-reis-andre-luis-ribeiro-lima-org>

Oliveira, K. D. de., Matiello, A. M. (2009). *Estudo para o desenvolvimento regional e territorial turístico do município de Alpestre/RS*. Recuperado de: <https://www.unochapeco.edu.br/static/files/trabalhos-anais/Ensino/Desenvolvimneto%20Regional%20-%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Oral/Katia%20Damin%20de%20Oliveira.pdf>

Palomar, T.R., & Padilla, M. C. (2018). Short food supply chains for local food: a difficult path. *Renewable Agriculture and Food Systems*, 1-10. Doi: <https://doi.org/10.1017/S174217051800039X>

Rios, G. S. L. (2007). *O que é cooperativismo*. 2 ed. São Paulo. Brasiliense, 80 p.

Santos, A., & Gois, F. F. (2011). Microcrédito e desenvolvimento regional. Fundação Paulo Bonavides. Instituto para o desenvolvimento de estudos econômicos, sociais e políticas públicas. Fortaleza: Premium. 383 p.

Santos, L. M. P., Santos, S. M. C. D., Santana, L. A. A., Henrique, F. C. S., Mazza, R. P. D., Santos, L. A. D. S., & Santos, L. S. D. (2007). Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 4-Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cadernos de Saúde Pública*, 23 (11), 2681-2693. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001100016>

Schneider, S. (2010). Reflexões sobre diversidade e diversificação-agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP*, 4(1), 85-131. Recuperado de <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-reflexoes-sobre-diversidade-e-diversificacao-agricultura-formas-familiares-e-desenvolvimento-rural-ruris-v-4-n-1-p-85-131-marco-2010>

Schneider, S. (2016). Mercados e Agricultura familiar. In: *Construção de Mercados e Agricultura Familiar*, Edition: 1º, Chapter: 4, Publisher: UFRGS, Editors: Marques, F. C. (Org.); Conterato, M. A. (Org.); Schneider, S. (Org.), p.93 – 142.

Silva Neto, B. (2014). Sistemas Agrários e Agroecologia: a dinâmica da agricultura e as condições para uma transição agroecológica no município de Porto Xavier (RS). *Revista Brasileira de Agroecologia*, 9(2). Recuperado de <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/15743>

- Silva, M. G., Dias, M. M., Junior, A., & Gomes, P. C. (2015). Mudanças organizacionais em empreendimentos de agricultura familiar a partir do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(2), 289-304. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005302006>
- Sperat, R. R., Paz, R. G., Suarez, M. V., & Díaz, J. P. (2015). Construyendo mercados desde la propia finca. Tres experiencias en la agricultura familiar. *Agro Sur*, 43(1): 3-17, 2015. doi:10.4206/agro-sur.2015.v43n1-02
- Staatz, J. M. (1987). Farmers' incentives to take collective action via cooperatives: a transaction cost approach. In *Cooperative theory: New approaches*, ed. J.S. Royer, 87-107, Washington, D.C.: USDA ACS Servo Rep 1987. Recuperado de <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.525.170&rep=rep1&type=pdf>
- Ueno, V. A., Neves, M. C., de Queiroga, J. L., Ramos Filho, L. O., & de Oliveira, L. P. (2016). Estratégias de comercialização da agricultura familiar: estudos de caso em assentamentos rurais do estado de São Paulo. In *Embrapa Meio Ambiente-Artigo em anais de congresso (ALICE)*. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 7., 2016, Araraquara. 30 anos de assentamentos na Nova República: qual agricultura e qual sociedade queremos? anais. Araraquara: UNIARA, 2016. 14 p. Recuperado de <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/156785/1/2016AA50.pdf>
- Van der Ploeg, J. D. (2008). *Camponeses e Impérios Alimentares; lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. UFRGS Editora.
- Wilkinson, J. (2008). *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar* (No. 338.13). UFRGS.